

## 4 Definir, Analisar e Explicar

No *Sofista* Platão declara que definir é, em última instância, a atividade do filósofo; Kant, na *Crítica da Razão Pura*, faz da impossibilidade de definir aquilo que permite distinguir a filosofia da matemática, mas na *Investigação* o problema reside na grande dificuldade de definir conceitos filosóficos por oposição à facilidade de definir conceitos matemáticos. Estes são alguns exemplos de uma tendência recorrente: definir foi historicamente considerada uma saída para os problemas filosóficos.

Não menos importante é a noção de “análise”, vinculada estreitamente à atividade de definir. Não somente para aqueles que se dedicaram à chamada “filosofia analítica”, mas por todos que de algum modo tentaram caracterizar a atividade do filósofo. Mesmo que se discorde da afirmação de que o filósofo é aquele que exclusivamente clarifica conceitos, é difícil negar que esta seja, ao menos, parte da função da filosofia. Assim, retomando o exemplo de Kant na *Crítica*, enquanto que definições propriamente ditas ocorrem somente na matemática via construção de conceitos, os análogos filosóficos das definições são o resultado da atividade de analisar. E na *Investigação*, a oposição entre definições filosóficas e definições matemáticas era feita em termos de análise de conceitos versus sínteses conceituais.

Independentemente do campo de investigação ao qual o filósofo se dedica ou, mais ainda, independente da metodologia defendida ou efetivamente empregada, parece inevitável que – caso ele se proponha a realizar um trabalho rigoroso – procure compreender e clarificar os conceitos a partir dos quais desenvolve sua investigação. Strawson ilustra em poucas palavras esta posição: “Os filósofos buscam a compreensão dos conceitos, que são o instrumental de nosso pensamento” (Strawson, 1958, p. 121).

Contudo, Strawson admite que a reflexão sobre a situação humana que pode ser encontrada, por exemplo, em Heidegger ou Nietzsche, não é tarefa a que se propõe o filósofo analítico. Isto, de fato, é inegável. Mas não significa que o outro

lado da moeda também seja válido: o filósofo existencial tem por meta refletir acerca da vida e da existência humana, mas nem por isto pode deixar de clarificar os conceitos com os quais lida nessa reflexão.

Nos três capítulos precedentes – destinados a examinar a teoria da definição em alguns momentos da história da filosofia em conexão, essencialmente, com a matemática – é possível encontrar, direta ou indiretamente, relações entre definição e análise filosófica. O próprio método de definir via Árvore de Porfírio é, de certo modo, uma espécie de análise conceitual que procede *por subordinação* de conceitos. Outros filósofos, como Kant ou Leibniz, afirmaram que, além da subordinação, outras relações conceituais poderiam intervir em uma definição ou análise como, por exemplo, a coordenação. Na filosofia contemporânea, por sua vez, houve o reconhecimento da necessidade de estruturas lógicas mais e mais complicadas com vistas a realizar análises conceituais.

Ora, os termos “definição” e “análise” são algumas vezes utilizados como se significassem o mesmo. Outras vezes, como Kant na *Investigação*, a palavra “analítica” adjetiva definição por oposição à palavra “sintética”. Porém, além destes dois termos, há outro que foi utilizado de modo a significar, algumas vezes “definição” outras, “análise”. Trata-se do termo “explicação”, freqüente no debate contemporâneo acerca da metodologia filosófica. Em alguns casos, inclusive, abandona-se qualquer pretensão de análise no sentido tradicional de aclaração conceitual como ocorre, por exemplo, com algumas nuances do termo “explicação”.

Estes três conceitos – definição, análise e explicação – serão aqui examinados com o intuito de esclarecer tanto o que cada um significa e representa para a investigação filosófica quanto a relação que se estabelece entre eles. Na medida em que, nos três capítulos precedentes, examinou-se o conceito de “definição” a fim de indicar o que se pode compreender por uma teoria da definição contemporânea – visando essencialmente questões metodológicas ou fundacionais da matemática – neste capítulo tomar-se-á como ponto de partida os conceitos de “análise filosófica” e “explicação”. Conforme for necessário, será explicitada a relação que inevitavelmente se impõe entre estes três conceitos.

Investigando a história da filosofia é possível encontrar um grande número de concepções de análise<sup>135</sup>. Porém, uma primeira caracterização, bastante geral, é aquela segundo a qual analisar é quebrar, é romper um conceito em suas partes mais simples, de modo a alcançar sua estrutura primordial ou estrutura lógica. Descartes tem uma concepção de análise semelhante a esta. A concepção cartesiana de análise como método universal pode ser lida na segunda regra do seu *Discurso do Método*: “O segundo [preceito], o de dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas quantas possíveis e quantas necessárias fossem para melhor resolvê-las” (Descartes, 1996, p. 78).

Descartes não está pensando, aqui, fundamentalmente na análise conceitual, mas num método de demonstração. Mas é imprescindível destacar que, para Descartes, análise e síntese não são métodos opostos e, sim, complementares. Poderia ser dito também que análise e síntese passaram a ser processos distintos de uma mesma demonstração. Em realidade, esta é uma concepção bastante difundida e aceita entre os matemáticos. As atividades de análise e síntese seriam como momentos distintos de uma única metodologia, como pode ser visto claramente no fragmento de Pappus acerca do “método da análise”.

Porém, na célebre obra *A Lógica ou a Arte de Pensar*<sup>136</sup>, Arnauld e Nicole distinguem os dois métodos que conduzem ao encontro da verdade, conhecidos como análise e síntese. O primeiro é descrito como um método de descoberta enquanto o segundo é considerado um método de instrução:

... há dois tipos de métodos; um para descobrir a verdade, que se chama ‘análise’ ou ‘método de resolução’, e pode também se chamar ‘método de invenção’; e o outro para fazer os outros a entenderem [a verdade], quando ela já foi encontrada, que se chama ‘síntese’ ou ‘método de composição’, e que pode também se chamar ‘método de doutrina’ (Arnauld; Nicole, 1992, pp. 281-282).

Os métodos analítico e sintético são distinguidos, através desta passagem, em termos de descoberta ou justificação. Afinal, o método analítico seria aquele pelo qual se descobre a verdade até então desconhecida e o método sintético, por

<sup>135</sup> Mas a variedade de significados de análise é notória. No *Dicionário Oxford de Filosofia*, por exemplo, encontram-se nove maneiras de compreender a análise a partir dos *Analíticos* de Aristóteles. São elas: 1) reduzir corpos compostos a corpos simples; 2) dividir a palavra em partes; 3) dividir as partes das palavras em sílabas; 4) dividir as sílabas em seus componentes; 5) reduzir silogismos compostos a simples; 6) reduzir os silogismos simples às premissas que os compõe; 7) resolver os silogismos imperfeitos em perfeitos; 8) reduzir dados silogismos a esquemas apropriados e 9) um significado especial de análise que intitula os *Analíticos*.

<sup>136</sup> *La Logique ou l'Art de Penser* foi publicada, pela primeira vez, em 1662. Hoje é conhecida como “A Lógica de Port Royal”.

sua vez, permitiria demonstrar uma verdade da qual já se tem conhecimento, mas cujo conhecimento não era por todos compartilhado. Por certo, também a fonte desta idéia se encontra em Descartes, nas *Respostas às Segundas Objeções*.

Há, por certo, uma tensão entre o momento analítico e o momento sintético – inclusive em Descartes – que acaba finalmente sendo resolvida opondo análise e síntese como métodos diferentes, conforme ilustrado por Arnaud e Nicole. Um exemplo disso, dentro da teoria de formação de conceitos, pode ser já encontrado em Kant, quem precisamente caracteriza a formação de conceitos filosóficos por oposição aos matemáticos em termos precisamente de análise versus síntese.

Além da noção de análise como decomposição, há outro sentido relevante para este termo, especialmente para a filosofia contemporânea: analisar é interpretar – traduzir – proposições de modo a torná-las úteis para determinados propósitos. Esta é uma concepção que pode ser extraída, por exemplo, do programa de Frege de redução da aritmética à lógica. Em outras palavras, para que seja possível realizar a análise das proposições da aritmética é necessário, antes, traduzi-las ou transformá-las em proposições lógicas. Esta tradução é, também, um processo de análise.

Na filosofia analítica se fala neste caso de análise lógica, no sentido de que se trata de uma tradução a uma linguagem que aspira à “perfeição lógica”, idéia cujo antecedente mais remoto poder-se-ia encontrar em Leibniz. Para uma expressiva parte da filosofia contemporânea, a lógica se transforma na ferramenta da análise conceitual. E aqui a análise adquire uma complexidade lógica-estrutural que está muito longe da simplicidade dos modelos de decomposição por subordinação ou coordenação. Importa também destacar que, desde esta perspectiva, a tarefa filosófica é de natureza sistemática e, em outras palavras, positiva, por oposição a uma análise meramente terapêutica, que se origina em outra tradição contemporânea para a qual a ferramenta de análise não é a linguagem formalizada, mas o exame do uso das palavras filosóficas na linguagem natural. Nesta tradição também há lugar para uma tarefa sistemática em filosofia e uma concepção da estrutura que a análise deve ter, diferente da chamada “análise lógica”.

A propósito, o significado da expressão “análise terapêutica” pode ser extraído de um texto de Strawson intitulado *Filosofia Analítica: duas*

*analogias*<sup>137</sup>. Neste artigo, a primeira tarefa a que Strawson se propõe é desvendar o que se pode entender por “filosofia analítica”. Uma das concepções que Strawson descreve é a seguinte:

Uma outra imagem, bem conhecida durante certo tempo, e que pode ainda parecer surpreendente, é a do filósofo analítico como uma espécie de terapeuta, que busca curar certos tipos de desarranjos mentais. Não oferece uma doutrina, uma teoria; é sobretudo o portador de uma técnica. [...] O papel do filósofo analítico consiste em endireitar a postura do nosso pensamento ou auxiliar na nossa reforma intelectual; consiste em libertar-nos de confusões obsessivas, dos falsos modelos que dominam o pensamento e nos tornar capazes de ver claramente o que está diante de nós (Strawson, 2002, pp. 15-16).

Em resumo, como afirma Lassalle Casanave:

A filosofia analítica não apresenta a unidade monolítica que o adjetivo sugere: seus modelos de análise não são únicos, diverge quanto ao seu alcance e se confronta metodicamente com a matemática (ou a lógica matemática). Assim, por exemplo, em relação com a análise, a chamada “filosofia da linguagem ordinária” pretende explicitamente distanciar-se de uma metodologia de inspiração lógico-matemática, mas nem sempre conclui na análise exclusivamente terapêutica. Em outros domínios da filosofia analítica, A. Coffa acreditou encontrar dois modelos de análise filosófica incompatíveis: um que denomina ‘à la Tarski-Kreisel’, pretende a aclaração de conceitos; outro, ‘à la Carnap-Quine’, sua substituição (Lassalle Casanave, 2003, pp. 7-8).

Com efeito – e retornando à chamada “análise lógica” – para Quine, o conceito de número, por exemplo, pode ser definido arbitrariamente, desde que satisfaça às verdades aritméticas usualmente reconhecidas. Trata-se daquilo que Quine denominou “contextos úteis”. Em outras palavras, é possível substituir um conceito por outro, afirma Quine, desde que tal substituição não modifique a teoria em questão. Este processo de substituição de um conceito por outro constitui aquilo que Quine entende por análise: analisar é substituir.

Mas há outro modo – segundo Coffa, o correto – de compreender a análise. No lugar de substituir um conceito por outro é possível, antes, clarificar o conceito obscuro<sup>138</sup>. A noção de análise como clarificação é defendida tanto por

---

<sup>137</sup> Não se pretende afirmar que Strawson tenha sido o primeiro a utilizar esta expressão. No artigo supracitado, o próprio Strawson faz referência às *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein, onde se pode ler: “O tratamento de uma questão pelo filósofo é como o tratamento de uma doença” (Strawson, 2002, p. 16).

<sup>138</sup> É necessário distinguir ainda entre análise via formalização e análise pelo uso. Coffa (1975) teoriza a respeito da análise via formalização e, neste âmbito, distingue entre clarificação (ou aclaração) e substituição conceitual. Strawson, por sua vez, dedica-se à análise pelo uso. Este ramo da análise diz respeito exclusivamente à clarificação.

Dedekind, quanto por Frege e Russell. Inclusive, conforme Lassalle Casanave, Chateaubriand partilha desta concepção:

No capítulo acima mencionado [cap. IV] de sua tese de doutorado a análise de Dedekind é chamada “*type-analysis*”, enquanto as definições dadas por Frege, Russell, Zermelo e von Neumann são *tokens* deste *type*. Chateaubriand pontua, criticando Quine, que com relação ao projeto de Frege não seria suficiente definir uma progressão arbitrária, isto é, uma série infinita arbitrária cujos membros têm um número finito de predecessores, mas é necessário para definir uma progressão cujos elementos tenham as propriedades corretas. Esta crítica implica que a caracterização de Quine em *Word and Object* do projeto de Frege não é aceitável: mesmo na suposição de que os numerais formam uma progressão, eles não têm, para Frege, as propriedades corretas dos números. O ponto central nesta controvérsia sobre a noção de número diz respeito à natureza da análise: enquanto Quine defende uma concepção de análise como substituição (eliminação), Chateaubriand adere a uma concepção de análise como clarificação (Lassalle Casanave, 2004, p. 14).

O conceito de par ordenado é o melhor exemplo para caracterizar a crítica de Chateaubriand a Quine. Considerando a condição necessária para a análise de par ordenado, qual seja, se  $\langle x, y \rangle = \langle z, w \rangle$ , então  $x = z$  e  $y = w$ , Quine diria que, por exemplo, tanto a definição de Wiener ( $\langle x, y \rangle = \{\{x, \emptyset\}, \{y\}\}$ ) quanto a de Kuratowski ( $\langle x, y \rangle = \{\{x\}, \{x, y\}\}$ ), podem ser consideradas definições adequadas de par ordenado, na medida em que ambas satisfazem a anterior condição. Em outras palavras, os dois modos de apresentação dos pares ordenados seriam exemplos de análise por substituição. Tanto em um caso como no outro o que se estaria fazendo é a substituição do conceito obscuro de par ordenado – que faria referência a um primeiro e segundo elementos – por outro, agora mais esclarecedor.

Para Chateaubriand, não é o caso que o  $\{\{x, \emptyset\}, \{y\}\}$ , por exemplo, substitua arbitrariamente a noção “obscura” de par ordenado  $\langle x, y \rangle$ . O que esta análise faz é clarificar a noção de par ordenado através da identificação de um dos membros, ou seja, marca um dos membros permitindo, conseqüentemente, que se possa distinguir o primeiro do segundo. Portanto, preservaria o aspecto essencial da noção obscura, não a substituiria. Aliás, esta distinção é necessária e suficiente para a aclaração da noção de par ordenado. Mais ainda, conforme Lassalle Casanave:

Finalmente, e não é um detalhe menor, Chateaubriand observa que somente a ordem natural da leitura faz com que reconheçamos quais são o primeiro e o segundo elemento, quer dizer, a ordem está suposta pela leitura da esquerda para a direita (Lassalle Casanave, 2003, p. 9).

Um outro modo de diferenciar os métodos de clarificação e substituição pode ser obtido observando as definições de número de von Neumann e de Zermelo, que foram mencionadas no segundo capítulo. As duas representações dos números naturais – em termos das respectivas teorias de conjuntos – podem ser, como já foi visto, assim exemplificadas:

$$\text{von Neumann: } 2 = \{\emptyset, \{\emptyset\}\} \quad \text{Zermelo: } 2 = \{\{\emptyset\}\}$$

As duas representações podem ser utilizadas no lugar do número 2. Contudo, qual delas clarifica adequadamente o conceito de tal número? Ora, alguns serão partidários da definição oferecida por von Neumann; outros daquela apresentada por Zermelo. O que importa destacar é que as duas substituem o (conceito de) número 2, mas nenhuma delas, segundo Quine, clarifica o conceito de modo mais adequado. A questão da adequação, por sua vez, está vinculada com questões pragmáticas relativas à sua fertilidade matemática.

É necessário destacar ainda que somente através da atividade de clarificação conceitual é que se torna possível falar de conceitos últimos. Tal possibilidade não é relevante no caso em que se realiza uma substituição conceitual. Mas certamente a análise clarificatória não estará completa se somente este passo for satisfeito. Levando em consideração a idéia geral de análise como decomposição de conceitos é necessário especificar, primeiramente, que esta decomposição tem que ser finita. Depois, o ato de decompor deve conduzir a elementos não analisáveis, ou seja, a conceitos simples, sem notas. Por fim, é necessário que se observe ainda o critério da não circularidade. Afinal, quando a análise se mostra circular ela pouco ou nada acrescenta para a compreensão da estrutura conceitual que se fez objeto de análise.

Uma conclusão pode seguir-se destas considerações é a seguinte: em primeiro lugar, a oposição clarificação-substituição, no âmbito da formação de conceitos filosóficos, reproduz a oposição que foi mencionada entre análise e síntese conceituais. Uma tradição filosófica, que Kant ilustra, concebe a análise como a contrapartida metodológica dos conceitos filosóficos, enquanto que a síntese diz respeito a conceitos matemáticos ou análogos de conceitos matemáticos. Analisar é aclarar um conceito cujo conteúdo é “dado”, enquanto que para os conceitos matemáticos o conteúdo é “posto” através da definição. Ou, dito de outra maneira, os conceitos matemáticos não são pré-analiticamente dados.

Poder-se-ia dizer que a concepção de “análise” por substituição estende, de alguma maneira, esta última concepção para os conceitos filosóficos, inclusive.

Em segundo lugar, o ato de definir pode ser visto, antes, como uma etapa do processo de análise. Ou melhor, definições – quando bem fundadas, ou seja, quando obedecem aos critérios de clareza, simplicidade e não redundância – tornam-se o resultado do processo de análise. A solução de Chateaubriand parece implicar algo semelhante, ou seja, as definições alternativas de número ou de par ordenado são definições que “realizam” uma análise aclaratória prévia: a de atribuição de cardinalidade, no caso dos números; o de par de coisas – uma primeiro e outra depois – para pares ordenados.

Porém, há outros termos, como “elucidação” e “explicação”, vinculados, por vezes, às palavras “definição” e “análise”. É importante observar o que Simpson diz a respeito:

... basta dizer que ‘elucidação’ é uma versão portuguesa de ‘*explication*’, termo colocado em circulação por Carnap para distinguir sua própria concepção sobre a natureza da análise filosófica. (Daí a correspondência com ‘*explicandum*’ e ‘*explicatum*’; nós deveríamos dizer, talvez, ‘*elucidandum*’ e ‘*elucidatum*’). Mas alguns autores usam ambos termos de forma intercambiável; Quine (*Word and Object*, p.259) diz simplesmente: “a análise filosófica, a elucidação”, sem dar à última expressão um sentido técnico especial (Simpson, 1975, p. 70).

Assim, já não são somente os termos “análise” e “definição” que estão aqui em jogo. Aparecem, agora, outros: “elucidação” e “explicação”. Certamente não há consenso entre os filósofos que se dedicaram ao tema no que diz respeito ao significado e ao uso de tais termos. Strawson, Quine, Carnap, Simpson, Coffa, Chateaubriand... : em cada um pode ser lido um modo distinto de compreender e de relacionar análise, definição, explicação e/ou elucidação. Retomando as posições destes que foram aqui citados, tentar-se-á entender melhor todo este processo no qual está envolvida a compreensão conceitual.

Em primeiro lugar, é importante aproximar-se da expressão colocada em uso por Carnap: “*explication*”. O processo de explicação – ou *explication* – constitui-se na transformação de um conceito pré-científico, inexato, em um conceito exato. O conceito inexato é denominado “*explicandum*” e o conceito científico, exato, o “*explicatum*”:

A tarefa de *explication* consiste em transformar um dado conceito mais ou menos inexato em um exato ou, antes, em substituir o primeiro pelo segundo. Nós chamamos o conceito dado (ou o termo usado para ele) o *explicandum*, e o

conceito exato proposto para tomar o lugar do primeiro (ou o termo proposto para ele) o *explicatum*. O *explicandum* pode pertencer à linguagem do cotidiano ou a um estágio prévio no desenvolvimento da linguagem científica. O *explicatum* precisa ser dado por regras explícitas para seu uso, por exemplo, por uma definição que o incorpora em um sistema bem-construído de conceitos científicos ou lógico-matemáticos ou empíricos (Carnap, 1950, p. 3).

Certamente o *explicandum* é um conceito mais vago que o *explicatum*. Sendo assim, os dois não coincidem em tudo. Porém, para que o *explicatum* seja estabelecido ele deve ser similar ao *explicandum* obedecendo, também, os critérios de exatidão, fecundidade e simplicidade. O exemplo clássico utilizado por Carnap é o conceito científico de “temperatura” enquanto substituinte do conceito inexato de “calor”<sup>139</sup>. Naturalmente, aqui se encontra a fonte das idéias de Quine.

Dos três primeiros critérios que o *explicatum* precisa satisfazer em relação ao *explicandum*, quais sejam, similaridade, exatidão e fecundidade, Carnap esclarece que (a) a similaridade precisa ser tal que o *explicatum* possa ser usado nos casos em que o *explicandum* tenha sido, ou seja, em todos os casos em que o *explicandum* tenha sido usado ele deve poder ser substituído, *salva veritate*, pelo *explicatum*; (b) para que o *explicatum* possa ser introduzido em um sistema de conceitos científicos as regras para seu uso precisam ser dadas de uma forma exata; (c) o *explicatum* precisa ser útil para a formulação de proposições universais, isto é, precisa ser fecundo. Uma vez respeitados esses preceitos, há ainda outro a ser observado: a simplicidade. O *explicatum* precisa ser tão simples quanto os três primeiros critérios permitam, ou seja, o critério de simplicidade<sup>140</sup> depende daqueles de similaridade, exatidão e fecundidade.

Outra característica importante da posição de Carnap a respeito do processo de explicação é a admissão da necessidade de dois passos. Conforme Carnap, quando se introduz novos conceitos na linguagem científica – análise lógica! – são

<sup>139</sup> Este é, segundo Carnap, apenas um entre os três tipos de conceitos que sofrem o processo de *explication*. Existem conceitos classificatórios, comparativos e quantitativos. “Temperatura” é, afirma Carnap, um conceito quantitativo. Para compreender melhor, ilustra-se com exemplos oferecidos por Carnap: “Um conceito classificatório (por exemplo, quente) serve para classificar coisas em dois tipos. Um conceito comparativo é uma relação baseada em uma comparação, com o sentido de ‘mais (em relação a...)’ (por exemplo, calor) ou ‘maior ou igual’. Um conceito quantitativo serve para descrever algo com a ajuda de valores numéricos (por exemplo, temperatura)” (Carnap, 1950, p. 8).

<sup>140</sup> Conforme Hempel, uma teoria científica eficaz depende do quão simples ela consiga ser. Em outras palavras: “... a simplicidade no sentido de economia de conceitos é traço importante de uma boa teoria científica” (Hempel, 1974, p. 120).

obedecidos dois passos, a saber, formalização e interpretação. São etapas distintas, mas necessárias para que ocorra uma efetiva explicação, ou seja, para que um novo conceito científico possa ser originado. Carnap afirma:

O método axiomático consiste de duas fases, formalização e interpretação. A formalização de uma teoria consiste na construção de um sistema de axiomas. Este é um sistema semi-formal; os termos axiomáticos não são interpretados, enquanto alguns termos lógicos são considerados em seus significados usuais. A interpretação de um sistema de axiomas é dada por regras que determinam os significados dos termos axiomáticos. Como ilustração para a distinção entre as duas fases tem-se a diferença entre o sistema de axiomas da aritmética de Peano e o sistema da aritmética de Frege-Russell, que oferece uma interpretação, é explicado (Carnap, 1950, p. 15)<sup>141</sup>.

A conclusão que Carnap retira de sua própria exposição acerca do assunto é simples e bastante plausível:

O resultado desta discussão é, em termos gerais, o seguinte. Tão logo formos do campo da matemática formal para o do conhecimento sobre os fatos da natureza, em outras palavras, para a ciência empírica, que inclui a matemática aplicada, nós necessitamos mais do que um mero cálculo ou sistema de axiomas; uma interpretação precisa ser acrescentada ao sistema (Carnap, 1950, p. 18).

Do ponto de vista de Carnap, a relação entre análise, definição e explicação parece estar bem explicitada. A definição é, também em relação à explicação, uma parte constituinte deste processo de transformação de um conceito pré-científico em um conceito científico e é resultado de uma análise do conceito em questão.

Mas para que seja possível alcançar um domínio mais amplo do sentido destas formas de compreensão conceitual, é necessário observar ainda o ponto de vista de outros importantes filósofos. Se Carnap chama “explicação” o referido processo de passar de um termo da linguagem natural para outro da linguagem científica, Carl Hempel oferece outra denominação a este mesmo processo:

Os enunciados científicos são tipicamente formulados em termos especiais, tais como ‘massa’, ‘força’, ‘campo magnético’, ‘entropia’, ‘espaço das fases’ etc. Para que estes termos sirvam ao fim a que se destinam seus significados devem ser determinados de modo a assegurarem aos enunciados resultantes uma verificabilidade apropriada e uma aptidão a serem usadas nas explicações, nas previsões e nas retrodições. [...] Nós nos ocuparemos, então, (...), com os métodos que especificam os significados dos termos científicos e com as exigências a que esses métodos devem satisfazer. Pode parecer que desses métodos o mais óbvio, e talvez o único adequado, seja a definição (Hempel, 1974, p. 109).

---

<sup>141</sup> Para um exame mais detalhado deste tópico ver Chateaubriand Filho (1971, pp. 137-138).

Uma das finalidades a que se destinam as definições é, conforme Hempel, estipular o significado de uma expressão verbal até então desconhecida ou o significado de um termo já conhecido, agora utilizado em um sentido técnico específico. De certo modo, é isto o que Carnap também denomina “explicação”.

Para Hempel, as definições podem ser descritivas ou estipulativas, dependendo do fim a que estão destinadas. As definições descritivas, como o próprio nome indica, descrevem significados de termos já conhecidos, ou seja, que já estão inseridos na linguagem usual. Segundo Hempel, estas podem ser chamadas também “definições analíticas”. Mas nem toda definição descritiva é uma definição analítica. As definições descritivas que podem ser denominadas analíticas são aquelas que determinam o significado de um termo, isto é, sua intenção. Já as definições descritivas que não são analíticas determinam a aplicação de um termo, ou seja, sua extensão. Estas não revelam o significado. As definições estipulativas, por outro lado, atribuem significados a termos novos ou mesmo já conhecidos. No último caso, o termo antigo passa a ser usado em outro sentido.

Ora, as definições descritivas a que Hempel se refere são aquelas a partir das quais se realiza uma aclaração – ou clarificação – conceitual. A substituição – ou eliminação, conforme Quine – ocorre no caso de uma definição estipulativa, quando há o que substituir. Em algum sentido, Hempel reproduz a distinção de Kant entre definições analíticas e sintéticas que foi anteriormente citada, porém referindo-se ao significado dos termos e não propriamente aos conceitos mesmos, como fazia Kant.

Aquelas do primeiro tipo podem ser consideradas, inclusive, verdadeiras ou falsas enquanto que as outras não. As definições estipulativas, ao contrário das primeiras, são convencionais e, por este motivo, não podem ter valor de verdade. São, conforme Hempel, o tipo de definição utilizado em sistemas axiomáticos. Leia-se:

Nem todo termo de um sistema científico, portanto, pode ser definido à custa de outros termos do sistema: tem que haver um conjunto de termos, chamados primitivos, que não recebem definição dentro do sistema e que servem de base para definir todos os outros termos. Isso é levado em conta de um modo muito claro na formulação axiomática das teorias matemáticas, como, por exemplo, nas diferentes axiomatizações modernas da geometria euclidiana: uma lista de termos primitivos é explicitamente especificada e todos os outros termos são introduzidos por cadeias de definições estipulativas que reconduzem a expressões onde só figuram termos primitivos (Hempel, 1974, p. 112).

Então, para Hempel o processo de substituição de um termo inexato por um termo científico pode ser denominado “definição”. Já para Carnap explicar ou elucidar é substituir um termo inexato por outro exato e, para Quine, é nada mais do que eliminar. Conforme Coffa:

O propósito da elucidação é construir outra expressão que preserve o uso da original nestes contextos favorecidos, ao mesmo tempo em que refina (de modo arbitrário, porém claro) os restantes. Onde outros fundamentariam sua descrição do processo elucidatório na noção de significado, Quine, por razões conhecidas, evita este passo, articulando sua idéia de elucidação ao redor dos conceitos de utilidade e uso (Coffa, 1975, pp. 44-45).

E o que diz Coffa a respeito do processo de elucidação? Em primeiro lugar, cabe destacar que a análise é, para Coffa, somente uma parte do processo de elucidação, como bem salienta Simpson. Logo no início de seu artigo publicado em resposta ao de Coffa, Simpson<sup>142</sup> destaca as três etapas que constituem a elucidação *à la* Coffa:

- 1) Identificação do conceito a elucidar (*explicandum*) que possui um grau maior ou menor de vagueza.
- 2) Formulação dos critérios de adequação ou condições que deve satisfazer qualquer conceito que pretenda ser uma elucidação do primeiro; estas condições constituem uma análise parcial do *explicandum*.
- 3) Formulação do *explicatum*, ou seja, do conceito que satisfaz tais condições (Simpson, 1975, pp. 69-70).

Evidentemente, esta concepção de definição não dá lugar a uma noção de análise como aquela de Quine, pois não permite a mera substituição. O que ela privilegia é uma espécie de clarificação conceitual, que certamente é compartilhada pela autora desta tese.

---

<sup>142</sup> O artigo de Coffa a que se faz referência é *Dos Concepciones de la Elucidación Filosófica* e o de Simpson, *Análisis y Eliminación: una módica defensa de Quine*.